

A violência sexual contra crianças e adolescentes: memória e discursos da imprensa paraense¹

Avelina Oliveira de CASTRO²
Faculdade de Estudos Avançados do Pará, Belém, PA
Faculdade Paraense de Ensino, Belém, PA

Resumo

Este artigo analisa os discursos dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*, os dois maiores impressos do Pará, na cobertura de casos de violência sexual de crianças e adolescentes³. A partir da Análise do Discurso, de vertente francesa, e tomando como principal referencial teórico Michel Foucault, se fez a análise de uma seleção de reportagens publicadas ao longo da existência dos dois veículos para observar a rede de memória discursiva que vem sendo atualizada historicamente pela imprensa paraense. A análise possibilitou a observação de regularidades discursivas no tratamento do tema, ignorando os discursos institucionais jurídicos que circulam socialmente e que protegem os direitos de crianças e adolescentes no país.

Palavras-chave: discursos; imprensa paraense; violência sexual; crianças; adolescentes.

Considerações iniciais

Casos de violência sexual contra crianças e adolescentes circulam com frequência na imprensa paraense, e não raro, ganham destaque nas capas dos jornais *O Liberal* e *Diário do Pará*. A história dos dois periódicos é marcada pelo envolvimento político-partidário que atravessa as produções discursivas.

Além de figurarem entre os mais importantes jornais da Amazônia, *O Liberal* e *Diário do Pará* representam interesses político-partidários divergentes,⁴ o que tem resultado em uma verdadeira “guerra discursiva”. Aqui, cabe fazer a contextualização dessa disputa e

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso do XV Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestra em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA) e professora da Faculdade de Estudos Avançados do Pará (Feapa) e da Faculdade Paraense de Ensino (Fapen), email: avelinacastro@gmail.com.

³ Esse artigo é resultado de parte da pesquisa realizada na dissertação de Mestrado intitulada “Crias do Abuso na Amazônia: os (ab)usos discursivos da imprensa paraense na cobertura de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes”, defendida no PPGCOM-UFPA, em março de 2014.

⁴ O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é, atualmente, o partido de afinidade de *O Liberal*, o que fica evidenciado pelo constante uso dos discursos de seus políticos para atacar o concorrente *Diário do Pará*, do senador Jáder Barbalho (PMDB-PA).

contar um pouco da história dos dois veículos, que funcionam como dispositivos de produção discursiva e identitária.

Ao teorizar sobre "jornalismo e poderes", *Ciro Marcondes Filho (2009)* fala sobre o fato de cada jornal representar interesses diversos, que vão desde os mais particulares até os políticos e de classe aos quais o veículo está ligado.

Criar jornais é encontrar uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações. É uma maneira de se dar eco às posições pessoais, de classe ou de nações, através de um complexo industrial-tecnológico que, além de preservar uma suposta impessoalidade, afirma-se, pelo seu poder e soberania, como "a verdade" (MARCONDES FILHO, 2009, p.75).

Nesse sentido, observa-se essa característica de representação de interesses nos dois jornais nos quais foram analisados os discursos. Segundo o Catálogo de Jornais Paraóaras, publicado em 1985 pela Secretaria de Estado de Cultura, Desportos e Turismo do Pará, o jornal *O Liberal* foi fundado em 15 de novembro de 1946 (Figura 8) por *Luís Geolás de Moura Carvalho* e outros políticos locais para ser um órgão de propaganda dos membros do Partido Social Democrático, chefiado por *Joaquim Cardoso de Magalhães Barata*.

O Liberal, que possui 68 anos, começou com circulação vespertina e tinha o objetivo de fazer frente ao jornal *Folha do Norte*, que criticava severamente *Magalhães Barata*. Passadas duas décadas e após duras crises e mudanças editoriais, o jornal passou, então, a ser matutino e de propriedade de *Romulo Maiorana*, que faleceu em 1986. A partir de então, a presidência do jornal passou a ser de seu primogênito, *Romulo Maiorana Júnior*, que preside as Organizações *Romulo Maiorana (ORM)*, corporação jornalística da família *Maiorana*, que também possui emissoras de rádio AM e FM e de televisão aberta (afiliada da Rede Globo), além de operadora de TV a cabo e portal de notícias⁵ (DONOS DA MÍDIA, 2013).

Já o jornal *Diário do Pará*, mais jovem, possui 32 anos e foi criado em 22 de agosto de 1982 (Figura 9) com o propósito de dar sustentação à carreira política do então deputado *Jáder Barbalho (PMDB-PA)*. O jornal faz parte do grupo *Rede Brasil Amazônia (RBA)*, que também possui uma emissora de televisão aberta (afiliada à Rede Band), além de emissoras de rádio AM e FM.

⁵ O portal de notícias pode ser acessado em: www.orm.com.br.

Figura 1:



O Liberal, 15 nov. 1946, capa.
 Foto: Avelina Oliveira de Castro
 Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Figura 2:



Diário do Pará, 22 ago. 1982, capa.
 Foto: Avelina Oliveira de Castro.
 Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Atualmente, O Liberal e o Diário Pará são impressos no tamanho *standard*, em cores, e com diversidade de cadernos, alternando, ao longo da semana, o número de páginas de cada um. A tiragem de ambos não é conhecida dos leitores, já que apenas o Diário do Pará é filiado ao Instituto Verificador de Circulação (IVC), mas nunca publicou a sua tiragem (CASTRO; SEIXAS, 2013). O Liberal desvinculou-se do IVC em 2006, por problemas com os números de circulação apresentados ao órgão (PINTO, 2009, p. 1).

É importante destacar que essa memória discursiva do período de criação de *O Liberal* é atualizada a partir de uma seleção daquilo que pode e deve ser dito em cada momento histórico, aos moldes do que propõe Foucault (2005), de acordo com os interesses políticos e mercadológicos do momento histórico atual.

Nesse sentido, a seleção dos enunciados jornalísticos não é aleatória, pois os discursos passam por procedimentos de controle, seleção, organização e redistribuição (FOUCAULT, 2011, p. 8-9). Mais do que isso, para que esse discurso seja validado e tido como verdade, é preciso que a voz institucional tenha legitimidade. No caso do jornalismo, os veículos jornalísticos são vistos como a voz institucional legitimada socialmente para narrar fatos da forma mais próxima da verdade, dos fatos brutos (TRAQUINA, 2005). É

justamente essa legitimidade e credibilidade que *O Liberal* quer atingir no seu concorrente *Diário do Pará* e vice-versa, ao mesmo tempo em que busca se afirmar como legítimo.

Para a análise trazida neste artigo foi utilizada uma seleção de reportagens sobre violência sexual contra crianças e adolescentes desde a criação de cada um dos jornais. A seleção foi feita a partir de amostras a cada década, iniciando, no caso de *O Liberal*, a partir de 1946, e no *Diário do Pará* a partir de 1982. É importante destacar que como na Biblioteca Pública Arthur Viana, fonte de consulta dos jornais impressos, não havia jornais *O Liberal* de 1956 e 1957, por conta de extravio, foi feita a seleção no ano de 1958.

Após a seleção completa foi feita a análise das reportagens a partir da Análise do Discurso de vertente francesa, tomando como principal referencial teórico Michel Foucault. Nesse momento da pesquisa foi centrado o foco na análise de regularidades e dispersões discursivas presentes na rede de memória dos discursos jornalísticos sobre o tema.

Vale destacar que, na atualidade, cada vez mais o campo acadêmico tem trabalhado a aproximação da AD dos estudos de mídia (GREGOLIN, 2007), pois, "cada vez mais, a mídia tem se tornado objeto privilegiado das investigações dos analistas de discurso".

A Análise do Discurso, campo de pesquisa solidamente instalado no Brasil, interessa-se cada vez mais em tomar a mídia como objeto de investigação. A articulação entre os estudos da mídia e os de análise do discurso enriquece dois campos que são absolutamente complementares, pois ambos têm como objeto as produções sociais de sentidos (GREGOLIN, 2007, p. 2).

Para dar conta da aproximação entre esses dois campos, o referencial teórico principal usado foi o filósofo francês Michel Foucault, que analisa em profundidade os discursos, não só naquilo que está na superfície, mas também o que está fora do discurso, na dispersão, mas que o atravessa e contribui para a sua produção. Além disso, os estudos foucaultianos foram fundamentais para o entendimento dessa complexa temática que problematiza discurso, sexualidade e poder.

Para Foucault (2005), o discurso é considerado como uma prática que provém da formação dos saberes e ela se articula com as outras práticas não discursivas, pois a produção discursiva, segundo ele, funciona como um jogo estratégico, um espaço em que saber e poder se articulam, uma vez que quem fala (o sujeito), fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. E esse discurso, que se apresenta como verdadeiro, veicula saber (institucional) e é gerador de poder, além de ser controlado,

selecionado, organizado e redistribuído por procedimentos que têm o objetivo de eliminar toda e qualquer possibilidade de ameaça à hegemonia desse poder.

Chamaremos de discurso um conjunto de enunciados, na medida em que se apoiem na mesma formação discursiva; ele não forma uma unidade retórica ou formal, indefinidamente repetível e cujo aparecimento ou utilização poderíamos assinalar (e explicar, se for o caso) na história; é constituído de um número limitado de enunciados para os quais podemos definir um conjunto de condições de existência (...) é, de parte a parte, histórico - fragmento de história, unidade e descontinuidade na própria história, que coloca o problema de seus próprios limites, de seus cortes, de suas transformações, dos modos específicos de sua temporalidade, e não de seu surgimento abrupto em meio às cumplicidades do tempo (FOUCAULT, 2005, p.132).

Nesse sentido, as posições do sujeito, os lugares de fala, são construídas fora do discurso, segundo determinações culturais, sociais e históricas. As instâncias de enunciação e de interpretação, onde o discurso se constitui, também são compreendidas como lugares.

Um pouco da história da violência sexual

Na obra editada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1999, intitulada "Inocência em Perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet", o psiquiatra especializado em pedofilia, Patrice Dunaigre assina o artigo "O ato pedófilo na história da sexualidade humana" e explica que a questão da pedofilia – termo também usado em referência à violência sexual contra crianças e adolescentes – assombra a humanidade ao longo dos tempos.

A pedofilia é atualmente um assunto que está em moda, pois a mídia nos lembra incessantemente do problema. Essa moda, até recentemente confinada às obscuras salas de certos círculos restritos onde era tratada de maneira cautelosa, embora exagerada, invadiu as ruas (...). O fantasma que assombra sociedades desde os tempos imemoráveis saiu da toca (DUNAIGRE, 1999, p. 9).

O autor também destaca o silêncio que gira em torno do tema *pedofilia* e o fato já destacado por outros autores da visão de criança como um objeto. O especialista faz um alerta sobre o fato do silêncio manter o estereótipo da criança como uma criatura inconsequente, irresponsável, um mero "objeto de poder ou desejo", uma superfície unidimensional sobre a qual pode ser projetado todo tipo de fantasias (DUNAIGRE, 1999, p. 13). Nesse sentido, a reflexão sobre essa questão chega à mídia, que estaria atuando como um reforçador desse estereótipo, da visão da criança como um objeto.

Basta atentar para o tom usado pela mídia nas coberturas sobre abuso sexual de crianças, nas quais as acusações são dirigidas não só contra o agressor adulto (neste caso, o pedófilo), mas também contra os "guardiães", que são recriminados por incapacidade ou impotência, e contra as "autoridades", acusadas de incompetência, negligência ou até duplicidade. A vítima, por sua vez, fica reduzida inteiramente a objeto do ato cometido (DUNAIGRE, 1999, p. 13).

De acordo com o autor o problema do abuso sexual de crianças e adolescentes é bastante complexo, sobretudo porque, na maioria dos casos, a violência ocorre no seio familiar, praticada por algum parente ou pessoa de confiança da família. Em nossa pesquisa observamos que a violência sexual independe de classe social e é praticada também por pessoas que exercem algum poder sobre a vítima, como patrões e professores.

Além disso, há poucos dados nacionais disponíveis sobre casos de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. No entanto, nesse “deserto” de informações, destacam-se os dados fornecidos pelo Disque Direitos Humanos (Disque 100),⁶ que são divulgados pela imprensa, anualmente, por ocasião do dia 18 de maio.⁷ No levantamento de 2012, em relação à violência sexual contra crianças e adolescentes, o Pará apareceu em décimo lugar no *ranking*. Segundo o serviço, foram registradas 1.090 denúncias no Estado entre janeiro e abril de 2012, o que representa um crescimento de 44,9% em relação ao mesmo período de 2011, quando o registro foi de 752 casos.

O Disque 100 trabalha com dados de denúncias e, como já destacamos, muitos casos sequer chegam a ser denunciados em conselhos tutelares ou unidades policiais e da rede de proteção. Essa carência de dados reais é um dos problemas destacados por especialistas e que precisam ser enfrentados em relação à temática. Segundo destaca Veet Vivarta (2003), da Organização Não-Governamental ANDI – Comunicação e Direitos, não há ainda indicadores precisos, nacionais e internacionais. Os que estão disponíveis são projeções ou aproximações, retratos parciais de um quadro complexo e assustador: segundo estimativas do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a cada ano são diretamente

⁶ O serviço é coordenado pelo Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, que faz parte da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH) do Governo Federal. O Disque-Denúncia recebe, encaminha e monitora as denúncias de violência. Sua implementação conta com a parceria da Petrobras e do Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA). O Disque 100 funciona diariamente das 8h às 22h, inclusive nos fins de semana e feriados. A ligação é grátis. Também é possível encaminhar denúncias pelo e-mail disquedenuncia@sedh.gov.br.

⁷ Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes. A data refere-se ao dia do assassinato da menina de oito anos, Araceli Cabrera Sanches, em Vitória (ES), em 1973. A criança foi drogada, espancada, violentada e morta. Os suspeitos do crime, pertencentes a duas famílias abastadas do Espírito Santo, foram absolvidos. Informações extraídas de: <http://www.comitenacional.org.br/o-que-e-18-maio-000.php>. Acesso em: 11, jan. 2014.

afetadas pela violência sexual cerca de um milhão de crianças em todo o mundo.

No Brasil, os dados do Disque 100 referem-se à violência sexual - abuso sexual e exploração sexual. Sobre esses dois conceitos Vivarta explica:

Abuso sexual – situação em que o adulto submete a criança ou o adolescente, com ou sem seu consentimento, a atos ou jogos sexuais com a finalidade de estimular-se ou satisfazer-se, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com a oferta de presentes.

Exploração sexual – ato ou jogo sexual em que a criança ou o adolescente é utilizado para fins comerciais por meio de relação sexual, indução à participação em shows eróticos, fotografias, filmes pornográficos e prostituição (VIVARTA, 2003, p. 27).

Segundo o especialista há muita dificuldade da mídia em conceituar o *abuso sexual*, utilizando-o reiteradas vezes, confundindo-o com *exploração sexual*. A falta de qualificação da mídia sobre o tema é, portanto, uma das preocupações dos especialistas no assunto.

Memória e discursos da imprensa paraense

Bem antes de iniciarem as discussões para a promulgação desses dois dispositivos jurídicos de garantias de direitos das crianças e adolescentes, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente (CF e ECA), a imprensa paraense já noticiava a ocorrência desses crimes na Amazônia. No dia 2 de maio de 1958, o jornal *O Liberal* trouxe em sua capa uma notícia sobre a prisão de uma mulher, acusada de ser aliciadora de menores (Figura 3). No enunciado jornalístico, de subtítulo “Pedido Antecedentes”, é revelado que a acusada também praticara o crime no estado do Amazonas.

No enunciado jornalístico, observa-se que a mulher presa, chamada de “aliciadora” e “depravadora”, foi acusada de “catequizar menores incautas diante de propinas”. Ou seja, trata-se de um caso de exploração sexual de crianças e adolescentes, pois o ato sexual das “menores” era explorado comercialmente, por meio do que o texto da década de 1950 chama de “propinas”. Mais adiante, o texto afirmou que a mulher é uma “conhecida cafetina”, que já fora processada pelo mesmo crime no estado do Amazonas. Sobre isso, podemos apreender que a ação criminosa da “conhecida cafetina” realizada em dois estados da região Norte poderia estar relacionada a uma rede interestadual de exploração sexual de crianças e adolescentes.

Figura 3:



O Liberal, 02 mai. 1958, p. 1 (capa).

Foto: Avelina Oliveira de Castro.

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Nota-se também que essa temática tem sido abordada, ao longo do tempo, de forma “policialesca”, pois tanto nessa reportagem de 1958 como em outras que analisamos em nossa pesquisa e que foram publicadas já no século XXI, observamos a predominância da polícia como fonte principal – e em muitos casos a única voz – para a obtenção das informações nos casos que envolvem pessoas comuns da sociedade.

Sobre a abordagem da imprensa em relação a essa temática tomou-se como referência dados de uma pesquisa especial, intitulada “O Grito dos Inocentes - os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes”, que avaliou a cobertura jornalística nacional do abuso e exploração sexual infanto-juvenil. A pesquisa foi realizada de janeiro de 2000 a junho de 2001 e publicada em 2003 pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI),⁸ em parceria com o Instituto World Childhood Foundation (WCF – Brasil)⁹ e o Instituto Ayrton Senna (IAS),¹⁰ com o apoio da Fundación Arcor¹¹ e da

⁸ Criada em 1992 pelos jornalistas Âmar de Barros e Gilberto Dimenstein. é uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos com sede em Brasília, cuja missão é contribuir para o aprimoramento da qualidade da informação pública em torno de temas considerados decisivos para a promoção dos direitos da infância e a da adolescência. (VIVARTA, 2003, p. 158).

⁹ Organização brasileira que faz parte da World Childhood Foundation (Childhood), organização internacional criada pela Sua Majestade a Rainha Sílvia da Suécia, em 1999, para proteger a infância e deixar as crianças serem crianças. Disponível em: <http://www.childhood.org.br/quem-somos>. Acesso em: 27 nov. 2012.

¹⁰ Concretização do sonho do tricampeão de Fórmula 1, Ayrton Senna. Atua desde 1994, desenvolvendo e disseminando programas em todo o Brasil e realizando ações para mobilizar a sociedade em torno da causa infanto-juvenil (VIVARTA, 2003, p. 158).

United Nations Children's Fund (Unicef).¹² A pesquisa analisou os 49 maiores jornais do país.

Os dados da pesquisa, portanto, não são novos, mas servem como parâmetro para a nossa análise, pois há uma carência muito grande de levantamentos sobre a cobertura da imprensa em relação à temática de violência sexual contra crianças e adolescentes. Sendo assim, observa-se que na referida pesquisa os dois principais jornais paraenses aparecem no topo do *ranking* nacional dos impressos que mais publicam casos de abuso sexual. O jornal *Diário do Pará* aparece em 3º lugar, enquanto *O Liberal*, em 6º.

Além disso, ao avaliar a qualidade da abordagem dos jornais, *O Liberal* e *Diário do Pará* aparecem empatados em 38º no ranking. Para os realizadores da pesquisa (2003), a qualidade jornalística passa, entre outras coisas, pela colocação de um maior número de vozes na cobertura dos casos, não ficando as entrevistas restritas apenas às fontes policiais.

Os consultores da pesquisa O Grito dos Inocentes apontaram insistentemente, conforme já registrado nesta publicação, que um dos principais limites ao amadurecimento do trabalho da imprensa está no fato de a polícia seguir como principal fonte de informações sobre Abuso e Exploração Sexual de crianças e adolescentes, ainda que nem sempre a autoridade policial seja explicitada como origem das informações. Nas poucas vezes em que o jornalista transpõe o ambiente policial, em geral, não ultrapassa a esfera do Judiciário e do Ministério Público (VIVARTA, 2003, p. 112).

Um dado da pesquisa que ilustra bem o que Veet Vivarta está falando é o de que a polícia aparece em primeiro lugar no ranking como sendo a fonte mais mencionada pela mídia em 61,42% dos casos (VIVARTA, 2003).

Antes de analisarmos os enunciados é importante ressaltar que está se fazendo uso do conceito de rede de memória trabalhado por Gregolin (2003). A autora destaca que vários atravessamentos permeiam a produção dos enunciados, e que estes são atualizados partir de outros discursos dispersos no tempo em uma espécie de rede, possibilitando o retorno de temas do passado e inscrevendo-os na história do presente:

¹¹ Entidade sem fins lucrativos criada em dezembro de 1991 pelo Grupo Arcor como expressão do compromisso e responsabilidade social dos fundadores da empresa para contribuir de maneira orgânica e corporativa para o tratamento e solução de necessidades dos setores mais vulneráveis da população. Disponível em: www.fundacionarcor.org/esp_quienes.asp. Acesso em: 20 nov. 2012.

¹² Órgão permanente do sistema das Nações Unidas. Desenvolve diversos programas de apoio a cerca de 400 instituições – governamentais e não-governamentais – que trabalham para a promoção, a proteção e a garantia igual e universal dos direitos das crianças e dos adolescentes (VIVARTA, 2003, p. 158).

As redes de memória, sob diferentes regimes de materialidade, possibilitam o retorno de temas e figuras do passado, os colocam insistentemente na atualidade, provocando sua emergência na memória do presente. Por estarem inseridos em diálogos interdiscursivos, os enunciados não são transparentemente legíveis, são atravessados por falas que vem de seu exterior – a sua emergência no discurso vem clivada de pegadas de outros discursos (GREGOLIN, 2003, p. 54).

É com base nesse conceito importante da AD que, ao ler os trechos destacados, insiste-se na pergunta: o que os enunciados jornalísticos têm em comum? Há neles uma regularidade discursiva: histórias de homens que abordam crianças e adolescentes que estão nas ruas, a caminho de algum destino - em geral a escola - e se aproveitam para violentá-los, além da atualização da rede de memória pelo uso de vários termos em referência aos acusados e às vítimas, como “tarado” e “menor”, respectivamente.

As pesquisadoras Maria Amélia Azevedo e Viviane Nogueira de Azevedo Guerra¹³ (2011, p. 336-337) complementam a avaliação sobre o ECA, dizendo que o dispositivo jurídico trocou o uso do termo “menor”, que era usado pelo Código de Menores de 1979, pelas expressões “crianças e adolescentes”, o que não representa apenas uma mudança retórica.

Mais do que mera substituição retórica (...). Ela sinaliza a compreensão da criança e do adolescente num sentido positivo e não depreciativo, enquanto sujeitos de direitos (cidadãos), pessoas em condição peculiar de desenvolvimento a requerer proteção, e conseqüentemente, credores do reconhecimento de que devem ser prioridade absoluta no nível de políticas sociais (AZEVEDO; GUERRA, 2011, p. 337).

A afirmação das pesquisadoras ressalta, portanto, que a substituição do termo “menor” por “crianças e adolescentes” no dispositivo jurídico reflete uma mudança no olhar jurídico dado às crianças e adolescentes, após a substituição do Código de Menores (1927)¹⁴ pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. A pesquisadora Cecília Barros-Cairo (2012, p. 35),¹⁵ em seus estudos sobre “menores infratores” na mídia brasileira, destaca que o termo “menor” carrega um estigma de marginalização, que coloca esse

¹³ A Prof^a Dr^a Maria Amélia Azevedo é coordenadora do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI) do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP) e a Prof^a Dr^a Viviane Nogueira de Azevedo Guerra é pesquisadora do LACRI. Ambas são organizadoras do livro “Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento” (2011), além de autoras de várias outras obras e artigos publicados sobre violência doméstica contra crianças e adolescentes (VDCA) (AZEVEDO; GUERRA, 2011).

¹⁴ O Decreto nº17.943 A, de 12 de outubro de 1927, regulamentou o Código de Menores, elaborado pelo juiz José Cândido de Albuquerque Mello Mattos.

¹⁵ Cecília Pinheiro Freire Barros-Cairo é autora da dissertação intitulada “Percurso discursivos do ‘menor infrator’ na mídia brasileira impressa e televisiva – história, memória e corpo”, no Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, defendida na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), em 2012.

segmento social como o “abandonado”, o que não tem família ou qualquer outro amparo estatal, ou seja, o “desinstitucionalizado”.

É a elaboração do Código de Menores (ou Código Mello Matos) no Brasil (Decreto n. 17.943-A, de 12 de outubro de 1927) no qual a categoria “menor” define limites etários e condição civil jurídica, mas também designa um tipo específico de criança: aquela em “situação irregular” (BARROS-CAIRO, 2011, p. 35).

Nesta pesquisa, observa-se que essa “situação irregular” leva ao uso do termo “menor” pela mídia tanto em casos em que o adolescente é acusado de ter praticado ato infracional, como analisou a autora (BARROS-CAIRO, 2011) quanto para nomear as vítimas de violência sexual (Figuras 4 e 5). O termo permanece sendo usado na atualidade, como era na época do Código de Menores – mesmo o ECA já estando em vigor há 25 anos.

Nota-se, portanto, que o uso do termo “menor” aparece como uma regularidade discursiva que vem sendo atualizada, historicamente, na rede discursiva dos dois periódicos paraenses na cobertura de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes.

No entanto, a despeito do tratamento dado pela imprensa às crianças e adolescentes, nomeando-as - e reconhecendo-as - como “menores”, as pesquisadoras (AZEVEDO; GUERRA, 2011, p. 256) destacam que o ECA “constitui hoje – não obstante algumas limitações – uma das legislações mais avançadas no nível mundial em termos de proteção dos direitos da criança”.

Figura 4:



O Liberal, 22 mai. 1958, p. 5.

Foto: Avelina Oliveira de Castro

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Figura 5:



Diário do Pará, 16 nov. 2009, Polícia, p.10.

Foto: Avelina Oliveira de Castro.

Fonte: Biblioteca Pública Arthur Vianna.

Atualmente, as autoras (2011) têm desenvolvido seus estudos, trabalhando com o conceito de Violência Doméstica Contra Criança e Adolescente (VDCA), que é mais abrangente, pois engloba o contingente de vítimas da violência praticada no lar, que incluem desde os maus-tratos físicos, a negligência, o abuso sexual até a violência psicológica.

O pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA), Ricardo Pimentel Mélo, em livro publicado em 2006, intitulado "A construção da noção de abuso sexual infantil", destaca que o surgimento da concepção de "abuso sexual infantil" foi favorecido pela construção da noção de infância a partir do advento do Estado, da família e da escola.

Mélo (2006, p. 51) explica que o sistema jurídico que prevê garantias de direitos para crianças e adolescentes coloca o Estado na condição de tomar para si o cuidado com as crianças, policiando as famílias. Como ele explica, são atribuídas responsabilidades aos pais e/ou responsáveis no cumprimento dos direitos das crianças, mas caso eles não sejam capazes de manter seus filhos em dispositivos disciplinares, o Estado, por meio de inquérito e decisão judicial, exerce a guarda dessas crianças.

Também vale destacar que por se tratar de jornalismo é necessário explicitar o conceito de "notícia" com que estamos trabalhando e que move a imprensa, ao longo do tempo, focando com frequência no insólito, extraordinário, catastrófico, a guerra, a violência, a morte, a celebridade (TRAQUINA, 2005a, p.5). Nesse sentido, ao conceituar a notícia, o autor faz referência à dinâmica da história, à qual as notícias estão inseridas, podendo sofrer alterações de acordo com a época em que são produzidas, a localidade e a empresa jornalística. Traquina (2005a, p. 85) chama a atenção para o "valor-notícia" da violência, que "está ligado a outro critério de noticiabilidade: a infração".

Por infração refere-se sobretudo a violação, a transgressão das regras. Assim podemos compreender a importância do crime como notícia. Uma

parte importante das notícias sobre o crime são rotineiras e breves, porque o grosso do crime é visto como uma rotina. O crime é percebido como um fenômeno permanente e recorrente, e assim grande parte dele é observado pelos *media* noticiosos de uma forma igualmente rotinizada. Muita desta cobertura do crime assinala, no entanto, a transgressão das fronteiras normativas (TRAQUINA, 2005a, p. 85).

Segundo o autor, os condicionamentos vão desde a pressão das horas de fechamento até as hierarquias superiores da empresa jornalística e, em alguns casos, até do(s) próprios(s) dono(s), além dos imperativos do jornalismo como um negócio, já que existe uma brutal competitividade no mercado jornalístico, entre outros condicionantes.

Na história do tempo presente do jornalismo paraense observa-se reportagens policiais como a da Figura 6, intitulada “Tarado perseguidor atrás das grades” que, embora tenha sido publicada há pouco mais de seis anos, está atualizando uma rede de memória da imprensa regional, que tem como prática destacar e afirmar a culpabilidade dos acusados.

Figura 6:



O Liberal, 31, mar. 2009, Polícia, p. 5.

Fonte: www.orm.com.br

Assim como na figura 4, cuja reportagem é de 1958, o termo “tarado” reaparece no enunciado discursivo da reportagem de 2009 (Figura 5), atualizando a rede de memória dos discursos da imprensa paraense na cobertura de casos de violência sexual de crianças e adolescentes, pois como afirma Michael Pollak (1989) a memória é uma operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, historicamente.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (...). O trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessivos (POLLAK, 1989, p. 10).

A memória é, portanto, um elemento importante da análise aqui realizada, pois além de estar vinculada à questão histórica dos discursos é atualizada ao longo do tempo nos enunciados jornalísticos, pois entendemos que eles estão inscritos em um sistema de dispersão, mas compondo uma rede de memória discursiva sobre violência sexual contra crianças e adolescentes na imprensa da Amazônia.

Considerações finais

A análise aqui feita dá a ver que o tratamento discursivo dado pelos jornais paraenses na cobertura de casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, em vários enunciados, utiliza estratégias discursivas que trata tanto “acusados” quanto “vítimas” de uma forma “marginalizante”. Um exemplo disso é o uso das expressões “tarados” para acusados, e “menor”, para as vítimas, ignorando os preceitos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que completou este ano 25 anos e que garante a proteção de direitos desse segmento social.

Outras regularidades discursivas dos enunciados jornalísticos sobre o tema também foram observadas. Uma delas é a forma de agir de vários acusados – descrita em diversos enunciados jornalísticos analisados – que atualizam uma rede de memória na qual os acusados abordam as crianças e adolescentes, na Região Metropolitana de Belém (RMB), e depois os levam para uma área de mato para violentá-los sexualmente.

A análise dos discursos jornalísticos de *O Liberal* e do *Diário do Pará* permitiu, ainda, constatar que a cobertura da imprensa paraense é muito incipiente sobre a temática da violência sexual contra crianças e adolescentes, pois os enunciados deram a ver que a polícia predomina como fonte nessas notícias, que são publicadas nas páginas policiais, pois na imprensa paraense, diferentemente de vários outros estados brasileiros, como Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília, ainda permanecem existindo as editorias de “Polícia”.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, Maria Amélia (Org.); GUERRA, Viviane N. de A. (Org.). **Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento**. São Paulo: Cortez, 6ª ed, 2011.

BARROS-CAIRO, Cecília. **Percursos discursivos do “menor infrator” na mídia brasileira impressa e televisiva: história, memória e corpo**. 2011. Dissertação (mestrado – Programa de Pós-Graduação em Memória – Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Bahia, 2011.

CASTRO, Avelina Oliveira de; SEIXAS, Netília Silva dos Anjos. **História, discursos e relações de poder nas páginas de O Liberal**. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA, 9., 2013, Ouro Preto. Ouro Preto, MG: Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia; Universidade Federal de Ouro Preto, 2013.

DONOS DA MÍDIA. Disponível em: <<http://www.donosdamidia.com.br>>. Acessado em: 01/08/2013, às 21h.

DUNAIGRE, Patrice. **O ato pedófilo na História da Sexualidade Humana**. In: WERTHEIN, Jorge; GREGORI, José (Org.). **Inocência em Perigo: abuso sexual de crianças, pornografia infantil e pedofilia na internet**. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7ª ed, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise. **Discurso, História e a Produção de Identidades na Mídia**. In: FONSECA-SILVA, Maria da Conceição (Org.), POSSENTI, Sírio (Org.). **Mídia e Rede de Memória**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2007.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise (Org.); BARONAS, Roberto (Org.). **Análise do discurso: as materialidades do sentido**. São Carlos: Claraluz, 2003.

GREGOLIN, Maria do Rosário Valencise (Org.). **Discurso e mídia: a cultura do espetáculo**. São Carlos: Claraluz, 2003.

MARCONDES FILHO, Ciro. **Ser jornalista: a língua como barbárie e a notícia como mercadoria**. São Paulo: Paulus, 2009.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. **A construção da noção de abuso sexual infantil**. Belém: EDUFPA, 2006.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, vol. 2, nº 3. 1989.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005a.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: porque as notícias são como são**. Florianópolis. Insular, 2005b.

VIVARTA, Veet. (Coord.). **O grito dos inocentes: os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes**. São Paulo: Cortez, 2003. (Série Mídia e Mobilização Social). Vol. 5.